

## COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE CIANORTE / PR<sup>1</sup>.

**Telma Batalioti Galli<sup>2</sup> - Universidade Estadual de Campinas**  
telmag@ige.unicamp.br

### 1. Objetivos:

- Analisar o processo de ocupação norte paranaense e o modelo de colonização privada empregado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná;
- Compreender a importância da lavoura cafeeira para o desenvolvimento regional;
- Analisar as novas bases econômicas surgidas com a modernização da agricultura com destaque para o município de Cianorte.

### 2. Ocupação pioneira do norte paranaense

Quando o processo de ocupação se estabelece no norte paranaense através da expansão da frente cafeeira paulista no início do século XX e na divisa entre estes Estados, as grandes posses permeadas por conflitos geravam um desconforto para o governo paranaense que se viu na obrigatoriedade de legitimar tal ocupação, uma vez que esta vinha se manifestando rápida e desordenadamente. O Estado preocupado com os problemas relativos à legalização da posse da terra e visando eliminar uma ocupação ilegal e predatória da floresta e também do solo, sobretudo por posseiros, promoveu então a divisão em lotes e a venda por baixos preços, colocando-os à disposição para a ocupação permanente.

A política agrária adotada pelo governo do Paraná no início do século XX visava aumentar a arrecadação estadual, tanto pela comercialização de terras quanto pelo incremento da produção agrícola. O Estado procedeu, assim, o movimento ocupacional de duas formas principais: uma pela colonização oficial com a implantação de alguns núcleos urbanos e que coube ao governo tal execução bem como gerenciar esse processo e outra: a colonização empresarial privada, em geral reconhecida no papel desenvolvido pelas companhias colonizadoras que por meio de acordos realizados com o Estado desenvolveram seus projetos de colonização.

O processo de ocupação das regiões norte e noroeste pela frente pioneira caracterizaram a colonização do “Paraná moderno”, que se conclui com a também colonização do sudoeste. A ocupação pioneira teve início, no entanto, a partir de fins do século XIX com o avanço de uma frente, sobretudo de paulistas e mineiros, que acompanhavam o avanço da fronteira agrícola impulsionada por razões econômicas consolidadas na cultura do café

Atrelados à frente pioneira nesse processo encontravam-se os denominados de “protagonistas”, que foram: (...) *a rede ferroviária e as companhias colonizadoras que receberam concessões de terras graças a contratos com o Governo Estadual de várias ferrovias (...). Em geral essas concessões de terra eram feitas em lugar de pagamentos em espécie, exigindo as companhias garantias por seus investimentos* (FOWERAKER, 1981, p.125). Assim, na medida em que a ferrovia avançava

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da Dissertação de Mestrado intitulada “Cianorte: Ocupação pioneira, modernização da agricultura e impactos sócio-espaciais”, defendida em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, pela referida autora.

<sup>2</sup> Aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP.

alcançando uma nova cidade, a exuberante floresta latifoliada ia sendo varrida desse espaço, cedendo lugar a uma nova configuração da paisagem regional, predominantemente vista como um “mar de café”.

A colonização que seguia sentido noroeste, fomentada pela frente pioneira desde as margens do rio Paranapanema, alimentou a esperança em milhares de pessoas de obter um lote e com a cultura do café obter grandes ganhos em solo de terra roxa, por ser o maior favorecedor do norte paranaense (BERNARDES, 1953), por abranger uma área vastíssima, contínua de extensão, muito superior à das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. Ainda para a mesma autora, a terra roxa, de grande fertilidade valorizou o norte do Paraná e foi o chamariz para os milhares de indivíduos que por aí ocorreram desde o início do século passado.

Para outros autores (EL-KHABIT, 1969 e PADIS, 1981) vários foram os fatores que combinados levaram a esse fenômeno de colonização do norte e noroeste paranaense, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação econômica nacional no contexto internacional depois da “crise de 29”; a evolução da cafeicultura paulista neste período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 30.

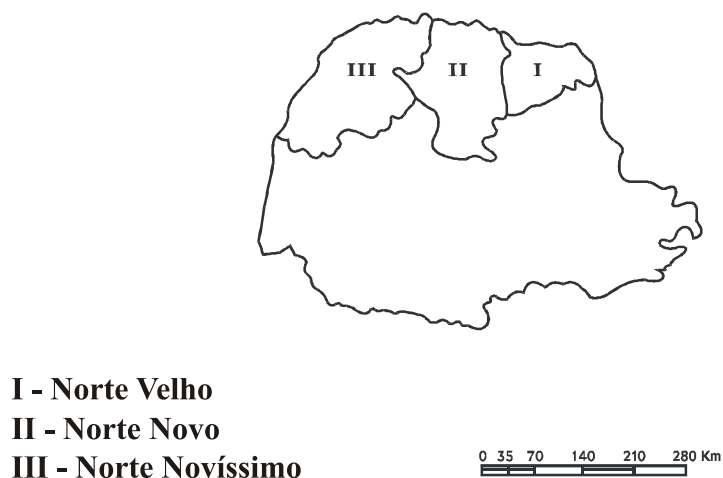
O fluxo migratório no curso desses acontecimentos, ou seja, a frente povoadora que vinha, sobretudo, de São Paulo, Minas Gerais e de algumas localidades do nordeste e que ultrapassava o rio Paranapanema por volta de 1923, marcou o início da colonização das terras ao oeste do rio Tibagi, nos moldes da colonização dirigida pelas companhias colonizadoras privadas, em especial nesta região norte e noroeste paranaense pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Sua origem encontra-se em grupos econômicos da Inglaterra que tiveram o interesse, de acordo com (PADIS, 1981), de em outras áreas do mundo substituir ou complementar a matéria-prima do algodão, que era cultivado até então nas colônias inglesas da África para a indústria têxtil britânica. Assim, logo após a Primeira Guerra Mundial vieram ao Brasil a convite desse então Governo em missão de reconhecimento da região. Primeiramente, foram adquiridas duas glebas para a cultura do algodão, mas que diante do insucesso, se enviesaram num projeto imobiliário de colonização.

A colonização empresarial privada, realizada pela CTNP e sua sucessora a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) após a aquisição das terras no norte do Estado, procedeu conforme a um plano de ação empenhadamente utilizado por esta. Mas ainda, era necessário para a viabilidade e o sucesso do empreendimento pretendido pela Companhia, que tais terras se ligassem as já ocupadas por uma rede rodo-ferroviária, daí, a aquisição da ferrovia São Paulo-Paraná, muito importante nesse processo de colonização.

No caso do loteamento das terras realizado pela CTNP uma estratégia bastante relevante foi adotada. A Companhia atribuiu para a comercialização de seus lotes dois momentos distintos de colonização a partir do Norte Velho: o Norte Novo e o Norte Novíssimo, compondo uma divisão regional do norte do Paraná, (Figura 1). Foi em parte dessas duas últimas regiões (denominadas em 1991 pelo IBGE de Norte Central e Noroeste) que tal planejado projeto colonizador se desenvolveu.

**FIGURA 1. DIVISÃO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ**



Fonte: IBGE, citado em MORO (1992, p. 58)

A mesma, prosseguiu assim, a disponibilidade dos lotes conforme a demanda e levando em conta a quase totalidade de vendas de uma região para dar início à outra. Dessa forma, a Companhia pode acompanhar com um planejamento de infra-estrutura cada uma das faixas de sua colonização.

A maneira implantada para a comercialização das terras foi fracioná-las em pequenos lotes em média de 15 alqueires e que contavam com prestações que se estendiam em até 48 meses. Ainda, a fim de facilitar as vendas e valorizar as suas terras, a colonizadora também assegurou condições de infra-estrutura que permitiam o escoamento da produção, bem como criou uma imagem de uma maior comodidade e segurança ao adquirente que, por sua vez, via na companhia a credibilidade para realizar o negócio.

Os resultados obtidos com tais estratégias empregadas pela Companhia, que levaram em conta muito mais que a simples comercialização das terras, ou seja, a associou com a atividade econômica da cultura cafeeira, os bons preços pagos a esse produto, bem como, um solo de alta qualidade e infra-estrutura necessária, fizera com que *“até 1943, a Companhia de Terras Norte do Paraná vendera cerca de 117 mil alqueires. Dez anos depois, em 1953, haviam sido vendidos 400 mil alqueires, divididos em cerca de 26 mil lotes agrícolas, cuja área média era de 15 alqueires”* (WESTPHALEN, et al, 1968, p.19).

Dessa forma, prosseguiu a colonização até os anos de 1960, quando se esgota as últimas faixas de terra para o avanço da frente pioneira no norte novíssimo (noroeste paranaense), formando os núcleos básicos dessa colonização. É também o momento em que se encontram as três frentes de colonização do Estado, a do Paraná Tradicional, a do Norte e a do Sudoeste, completando a ocupação do mesmo.

Baseada, sobretudo “em leis” é que a Companhia fundamentou sua ação, como nos revela Tomazi (1989, p. 203), ou seja, para a Companhia existem *“leis naturais, da sociedade e da economia”* que são o direito da propriedade, a lei da oferta e da procura e a certeza do lucro, como também existem

“*anseios naturais do indivíduo*” que são os desejos de posse, de acúmulo de riquezas, de progresso e bem estar, para si próprio, para seus familiares e descendentes.

Assim, se desencadeou a colonização empresarial privada da CTNP e sua sucessora, fundamentadas em seus próprios interesses, ou se podemos usar a expressão, em suas próprias leis, fazendo com que durante o processo de colonização a mesma obtivesse ganhos significativos. Nenhuma ação procedeu aleatoriamente, de forma que combinou o que se tinha – as terras; com o que se pretendia – comercializá-las; com a cultura da riqueza – o café, e o mais importante – o existente desejo da posse.

### 3. A lavoura cafeeira e o desenvolvimento norte paranaense

O café simbolizou por mais de um século o principal produto de exportação e desenvolvimento econômico do país, além de fomentar o processo colonizador. Não há, no entanto, como falar em uma data exata da chegada do café ao Brasil, mas sua importância é significativa para a economia brasileira e em particular para a do norte paranaense.

Cultivado tradicionalmente em grandes propriedades, o café se configurou como monocultura de exportação, assim como a cana-de-açúcar fora anteriormente. Utilizando-se da mão-de-obra escrava anterior a vinda dos imigrantes em fins do século XIX, somou-se a isso a já instituída Lei de Terras e a libertação dos escravos e tais fatores resultantes dos acontecimentos que compõe a história, configuraram a estrutura fundiária em grandes propriedades, também para a produção de café.

Quando ocorre a expansão da cafeicultura para o interior do estado de São Paulo e sobretudo para o norte do Paraná, ou seja, quando ocorre a migração da cultura do café para essas regiões é que a pequena propriedade encontra a maior oportunidade de se estruturar, nesta última, associada ao processo de colonização empresarial privada no final da década de 1920 e início da de 1930. Nesse período, muitas fazendas em especial no estado de São Paulo, vinham sendo também fragmentadas para a comercialização, por vezes com os próprios colonos. Esse fato desencadeou-se em grande parte pela crise de 1929 e a Depressão dos anos de 1930, em que a economia foi desestabilizada com a queda dos preços do café. Esse período de crise não só fez aumentar o número de pequenas propriedades como também durante e depois deste, houve o avanço para as terras da fronteira agrícola, “conduzido pelos especuladores imobiliários de forma a atender uma aguda demanda de pequenas propriedades agrícolas que já vinha dos anos vinte” (MARTINS, 1986, p. 132). Fragmentar a grande propriedade, comercializar e depois migrar para o norte do Paraná tornou-se uma alternativa para onde o avanço da fronteira se encaminhou.

Embora, o momento de crise tenha afetado os produtores, acreditava-se que passada a crise o café continuaria sendo um bom negócio como de fato o fora, por isso, migrar para a frente de expansão cafeeira, desbravar a floresta, formar o cafeeiro para depois colher, seria o tempo suficiente para a crise acabar, embora novas crises tenham sucedido tempos depois. A cafeicultura é submetida assim, a um processo natural de substituição dos cafezais, ora pelo plantio de uma nova parcela e ora pela erradicação ou o abandono da outra, constituindo um processo dinâmico que depende basicamente dos preços vigorantes e de políticas de financiamentos.

Nesta região priorizaram-se os pequenos lotes, como fora apontado, por visar uma população potencial de compradores, ou seja, principalmente famílias de colonos e imigrantes das até então regiões produtoras de café no país nos estados do RJ, MG e SP, que a anos e gerações aguardavam a oportunidade de serem proprietários e que para isso faziam suas economias, também o fato de que na pequena propriedade com o trabalho familiar e “uns poucos empregados, podia o pequeno produtor operar em condições de baixa rentabilidade” (TRINTIN, 2001, p. 62). Assim, o sistema de colonização efetuado pela CMNP no norte paranaense em que ressaltou principalmente a adoção do regime da pequena propriedade, estimulou a explosão demográfica e a total transformação da paisagem regional com as plantações de café.

Tal procedimento atraiu milhares de pessoas (colonos) ao norte paranaense tornando-o, o maior produtor de café a partir de meados da década de 1940 e início da de 1950 quando as lavouras já estão formadas, superando o estado de São Paulo, até então o maior produtor. O avanço da cultura cafeeira pelo norte paranaense fez produzir aproximadamente o dobro de café que se produzia em São Paulo, como mostra a tabela 1. Nesse solo que fora recém retirado à vegetação, a presença de húmus possibilitou o excelente desempenho da planta e os altos preços pagos ao produto estimulava ainda mais a produzir, enquanto o solo paulista encontrava-se exaurido de tempos já cultivados.

**Tabela 1.** Produtividade das lavouras de café no norte do Paraná e em São Paulo entre 1947 e 1951

Ano	Em kg / ha		Em kg / 1000 pés	
	N. Paraná	São Paulo	N. Paraná	São Paulo
1947	586	338	929	440
1948	538	423	923	552
1949	621	369	992	480
1950	758	334	1.202	432
1951	594	337	948	442

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1952. (citado por Serra, 1992, p. 71)

Conforme a tabela 1, o norte do Paraná atingiu uma produtividade singular a partir de meados da década de 1940 e na década de 1950, mesmo período que o preço do café no mercado internacional teve elevação, chegando a obter em 1954 conforme acrescenta CANCIAN (1981), “o maior preço médio absoluto do período”. Com isso, a busca por mais terras virgens para o plantio se direcionou em sentido noroeste do Paraná mantendo as características do plano colonizador, de predominantemente pequenas propriedades. Fundou-se assim, mais dois municípios de importância regional, Cianorte em 1953 e Umuarama em seguida, em 1955.

A economia cafeeira norte paranaense se implantou e desenvolveu-se, ora estimulada pelas condições de uma política protecionista em defesa e valorização do café, ora pelas iniciativas públicas e privadas através dos projetos de colonização e ora pelos preços pagos ao produto no mercado com o término do segundo conflito mundial.

Contudo, uma economia nacional sustentada pela monocultura cafeeira fragilizava o país que era dependente dos resultados da mesma e do setor externo, ou seja, enquanto o café representasse ganhos com a comercialização e exportação a economia brasileira era favorecida, e em caso contrário, ocorriam as perdas, pois, sofria as flutuações cíclicas próprias desta dependência. Com isso, na medida que a disparidade dos custos de produção vinha se tornando desfavorável para o

produtor manter a cultura, obtinha-se com a comercialização o equivalente para cobrir apenas os custos da própria produção (insumos, defensivos e mão-de-obra). A cafeicultura, portanto, em fins da década de 1960 começa a perder importância frente aos custos de produção e as novas necessidades do mercado.

Esses fatores impulsionaram as transformações na paisagem do campo já na década de 1960 e a partir daí, com destaque para as regiões cafeeiras, sobretudo, no norte paranaense, por concentrar predominantemente em sua área, a cafeicultura. No entanto, essas transformações foram ocorrendo de forma gradual nas suas diferentes meso e microrregiões geográficas. Assim, a partir do momento que se estimulou a erradicação dos cafeeiros, que ocorreram os baixos níveis de preço para o café associado ao aparecimento da ferrugem e aos elementos climáticos (geadas), mais o impulso e o incentivo à modernização da agricultura, tem-se no país a desarticulação da economia e do complexo cafeeiro.

Em algumas localidades do norte paranaense como é o caso de Cianorte, no entanto, a diversificação de culturas se dá mais em favor das alterações no custo de produção em razão do declínio dos preços e onde os cafeeiros eram mais velhos, do que propriamente em função do programa de erradicação dos cafezais. A boa qualidade do solo e em geral cafezais mais jovens que o de outras regiões do país, fazia com que os produtores resistissem por mais tempo com o café antes à substituição pelas culturas temporárias e a pastagem.

A cultura cafeeira não desapareceu, mas cedeu grande parte de sua área de cultivo para outras culturas temporárias (lavouras comerciais e de exportação) e a pastagem. Essa substituição de culturas resultou na conseqüente alteração na base técnica de produção e relações de trabalho com o sobressalto do assalariamento que passou a ser empregado, constantemente em maior intensidade.

Ainda, a partir de 1970, tanto a região norte paranaense como o Estado passou de receptor de população para expulsor, o norte paranaense perdeu população até o ano de 1991, chegando a quase um milhão de pessoas e diminuindo o efetivo da população rural constantemente. Este fato foi marcado, principalmente no norte pela substituição da cultura cafeeira ocorrida pela combinação das culturas temporárias altamente mecanizadas de soja e trigo e mais especificamente no noroeste pelas pastagens, resultando à região o êxodo rural e a presente concentração fundiária.

#### 4. A modernização da agricultura e a configuração da economia cianortense

As transformações na agricultura brasileira, sobretudo, por uma com maior infra-estrutura e emprego de novas técnicas, vêm desde a década de 1950, chegando ao norte paranaense na década seguinte, mas se consolidando na década de 1970 e no noroeste pós a geada “negra” de 1975. Gradualmente no campo foi ocorrendo a nova configuração da agricultura<sup>3</sup>, mais moderna, mais produtiva, mais competitiva e com maior lucratividade. Porém, atrelado a todos esses benefícios vieram os impactos.

---

<sup>3</sup> Entendemos por: a nova configuração da agricultura, aquela que se desenvolve posterior ao complexo cafeeiro e que se encontra fundamentada pelo processo modernizador e que veio constituir uma diversificação agropecuária.

Essa nova agricultura veio concentrar ainda mais a posse e conseqüentemente a renda da terra, contrariando o processo de colonização implantado pela CMNP, ou seja, o de pequena propriedade produtora de café e subsistência. Ocorreram, portanto, significativas transformações nas categorias de utilização das terras (lavouras permanentes, lavouras temporárias e pastagens). Areladas a essas transformações somaram-se às ocorridas na estrutura fundiária que reduziu o número das pequenas propriedades e também de postos de trabalho.

Nesse sentido, é necessário compreender a modernização da agricultura como um processo constituído, sobretudo, pelas condições propícias ao surgimento da indústria gestadas no contexto do complexo e da economia cafeeira, e que estabeleceram as relações entre a agricultura e a indústria, através do café. Esse produto possibilitou tanto mercado para a indústria quanto capacidade para importação de bens necessários para o crescimento e o fortalecimento industrial.

*“Características diversas passa a apresentar a atividade agrícola em suas articulações com a atividade industrial, a partir da segunda metade da década de sessenta: a reprodução ampliada do capital aplicado na agricultura passa, de forma crescente, a depender do setor industrial”* (COSTA, 1992, p. 04), ou seja, se estabelecem as relações e articulações entre a agricultura e a indústria, maiores dependentes uma da outra e sendo a primeira mais subordinada à segunda.

Para Fleischfresser (1988) a modernização da agricultura expressa as transformações agrícolas como conseqüência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia – aquela proveniente do setor industrial. A modernização tecnológica significa *“que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram devido à adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais e, portanto, adquiridos através do mercado”* (FLEISCHFRESSER 1988, p. 11).

A agricultura ao estabelecer vínculos com o setor industrial e estimulada por uma política econômica de produção para o mercado externo viu-se cada vez mais dependente e subordinada a este setor, sendo a indústria o fator determinante da produção à colheita. Mas não é só, a indústria passou a operar no processamento e industrialização da matéria-prima e assim agregando valor. A integração agricultura-indústria direcionou-se tanto para uma horizontalização quanto para uma verticalização de suas atividades sob formas capitalistas.

Segundo Delgado (1997), o que ocorreu foi um “pacto agrário modernizante e conservador” que permitiu a integração técnica da indústria com a agricultura, reafirmando as oligarquias rurais (latifundiários) e o capital comercial. Para isso o papel do Estado foi fundamental nessa disseminação e incorporação das modernas tecnologias pela agricultura brasileira.

É portanto, no contexto da modernização da agricultura definido por Silva (1982, p. 42) como sendo “parcial, conservadora e dolorosa” que se configurou o “desenvolvimento” de muitos municípios no norte do Paraná, como é o caso de Cianorte.

A modernização da agricultura em Cianorte foi parcial na medida em que poucos produtores se modernizaram, sendo muito mais em função de uma pecuária tradicional e extensiva do que em função de outras culturas. Foi conservadora porque eliminou centenas de pequenas propriedades colaborando com o histórico no país da concentração fundiária e também dolorosa por eliminar do

campo centenas de famílias que estavam anteriormente ligadas à cafeicultura e a agricultura de subsistência.

Em toda a região colonizada pela CMNP essas transformações que acompanharam em geral a do Estado e do próprio País, foram sendo implementadas. No entanto, na região colonizada pela Companhia que se estende de Londrina passando por Maringá e Cianorte até Umuarama, houve diferenças na intensidade e na velocidade de incorporação do novo modelo agropecuário. Ou seja, nas duas primeiras cidades onde o processo colonizador se deu primeiramente e onde o solo é a terra roxa, primeiramente também se erradicou o cafezal e se implantou a modernização da agricultura. Em Umuarama, de colonização mais recente e sobre o solo arenoso, o destaque ficou com a pecuária extensiva. Já para Cianorte, foi a situação de transição entre o primeiro caso (Londrina e Maringá) e o de Umuarama que estabeleceu algumas especificidades ao Município.

Com as crises enfrentadas pela cafeicultura e a implantação do processo de modernização da agricultura as transformações quanto ao uso do solo e quanto à estrutura fundiária foram imediatas no município de Cianorte. Distante dos bons rendimentos com a agropecuária e a descapitalização do produtor, se estabeleceram às condições para a concentração fundiária das terras sem que houvesse a exploração econômica rendosa do solo.

A pecuária mesmo expandindo sua área, não elevou o número de bovinos mantendo uma média de 1,50 cabeça por hectare, conforme nos mostra também a tabela 2. Essa média se mantém muito abaixo das condições ideais, ou seja, de 4 a 5 cabeças por hectare. *“A pecuária ocupa em Cianorte a maior área rural destinada às culturas, no entanto, não é a atividade que apresenta o percentual em função do maior valor econômico como renda para o Município. Outros produtos em Cianorte superam a pecuária em termos de importância como, o frango, o milho e a própria soja”*<sup>4</sup>. Tal situação nos leva a supor uma possível especulação imobiliária, já que em Cianorte as terras possuem alto valor de compra e venda.

**Tabela 2.** Evolução da cafeicultura (t/ha) e pecuária (n. de cabeças/ ha) em Cianorte

Anos	Cafeicultura			Pecuária	
	Toneladas	Hectares	N. de cabeças	Hectares	N. de cab. / ha
1960	24.102	16.479	11.971	10.037	1,19
1970	495	2.949	32.664	20.440	1,59
1975	23.486	19.156	59.957	36.660	1,63
1980	8.707	11.356	68.244	44.713	1,52
1985	14.937	10.110	74.841	44.942	1,66
1995-6	1.672	2.050	78.807	57.165	1,37

Fonte: Censo Agrícola (1960) e Agropecuários. IBGE: 1970/1995-6.  
Organização: Telma Bataliotti Galli

A pecuária elevou constantemente os seus hectares, enquanto que com a cafeicultura ocorreram ciclicamente períodos de retomada e recaída do café. A cafeicultura que fora durante o período de colonização até meados da década 1970 a lavoura predominante, passou a se concentrar em período posterior ao redor da cidade e em áreas reduzidas com destaque para as pequenas propriedades. A pastagem, porém, foi assumindo a cada novo Censo Agropecuário de maneira geral

<sup>4</sup> Entrevista gravada com o Economista Fabio Borges Camargo, da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Cianorte, no dia 18/09/2003.



em todo o noroeste e em particular em Cianorte, maior destaque na quantidade de hectares cultivados em relação aos demais tipos de cultura.

Essa área de transição de solo em que se encontra Cianorte configurou para o município a seguinte situação: o predomínio da pastagem como forma de uso do solo na paisagem rural que assumiu a partir da década de 1970 uma porcentagem superior a 50% dos hectares cultivados e atingindo no último Censo Agropecuário uma porcentagem superior a 70% da área agricultável.

As atividades ligadas à agricultura deixaram de ser significativas primeiramente ao proprietário rural e em segunda instância ao Município, devido ao baixo retorno financeiro em contraposição aos investimentos necessários de serem empregados nesse setor. A pecuária, nesse sentido passou a ocupar a maior área correspondente à agricultura em Cianorte.

O campo passou a ser visto, percebido e gerenciado pelo olhar urbano, de onde surgiram as necessidades e de onde reside o proprietário. O proprietário do estabelecimento rural encontrou na cidade outras formas de capitalização ou renda e para isso buscou outras atividades econômicas que lhe possibilitasse o capital financeiro no setor urbano. Sendo assim, em Cianorte ampliou-se o setor imobiliário, comercial e industrial, bem como o de autônomo, como novas atividades de rentabilidade mais seguras que as do campo.

#### 5. Considerações Finais:

O estudo proposto buscou demonstrar através do processo de ocupação e conseqüente colonização, as transformações ocorridas no contexto tempo/espaço no aspecto regional e de lugar para o norte e noroeste paranaense, mas sobretudo no município de Cianorte. Por toda a região onde atuou a CMNP esteve presente a característica de um sistema marcadamente capitalista que minimizou tanto a população antecedente quanto a própria floresta, atendendo assim, as suas estratégias de ação fundamentada em suas “próprias leis” e tendo um ideário desenvolvimentista.

O município de Cianorte, portanto, fundado sob as propostas do modelo colonizador adotado pela CMNP, também teve seu auge com a cafeicultura. Contudo, com a desarticulação da cultura cafeeira no cenário nacional, Cianorte alterou significativamente sua paisagem rural e urbana, com déficit populacional e econômico que levou o município a duas décadas de estagnação. A zona rural cianortense foi tomada pela pecuária tradicional com característica extrativa, promovendo a especulação imobiliária. Nesse sentido, a modernização da agricultura teve apenas a finalidade de mecanizar o solo para a pastagem, dificultando o processo de desenvolvimento do município, sobretudo com a introdução da agricultura científica globalizada.

Somente em fins da década de 1990 em diante, a soja aparece com vantagens no município, em termos de geração de renda e valorização das terras agrícolas. Assim, a partir de então a paisagem passou a ser alterada novamente fazendo a renda somar-se à especulação, um desenvolvimento para poucos.

## 6. Referências Bibliográficas:

- BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras”, no estado do Paraná. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 15, n. 3, p. 357, jul/set. 1953.
- CANCIAN, N. A. *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*. Curitiba. GRAFIPAR. 1981.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2ª edição. São Paulo. 1977.
- COSTA, V. M. H. M. A modernização da agricultura no contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: *ANAIS – XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. UEM – DGE. Maringá. 1992.
- DELGADO, G. C. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (Orgs). *História econômica do Brasil*. São Paulo. HUCITEC. 1997.
- FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da agricultura*. Curitiba. Livraria do Chain. CONCITEC. IPARDES. 1988.
- FLOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1981.
- IBGE. *Censos Agropecuários do Paraná*. 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.
- IBGE. *Censos Demográficos do Paraná*. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- LACOSTE, Y. Le concept de sous-développement et la Géographie. In: *Annales de Géographie*. 1967.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 3ª edição. São Paulo. Hucitec. 1986.
- MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo. Brasiliense. 1990.
- MORO, D. A. Aspectos da dinâmica espacial da população norte-paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In: *ANAIS – XI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. UEM – DGE. Maringá. 1992.
- PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: O caso do Paraná*. São Paulo. Editora Hucitec. 1981.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo. Edusp. 1996.
- SANTOS, M. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo. Hucitec, 4ª edição. 1996.
- SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário do Paraná. In: *Boletim de Geografia*, UEM – DGE, a.10, n 01. Maringá. 1992.
- SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1982.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Editora Alfa-Omega. 1976.
- TOMAZI, N. D. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. *Dissertação de Mestrado*. UNESP – Campus de Assis. Assis. 1989.
- TRINTIN, J. G. *A economia paranaense: 1985-1998*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas. 2001.
- WESTPHALEN, C. M., MACHADO, B. P. e BALHANA, A. P., Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná Moderno. (7): 1-52, *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba. 1968.